



## DIZ AÍ! CONVERSANDO SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA

MARIA LEONOR MESQUITA TARQUES DA SILVA<sup>1</sup>, RENICE EISFELD MACHADO<sup>2</sup>, LISANDRA OSORIO<sup>3</sup>, JULIANA ANTUNES<sup>4</sup>, MIRIAM CRISTIANE ALVES<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas - leonortarques28@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas - renice.eisfeld@hotmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas- anailuj.azuos@gmail.com

<sup>4</sup> Universidade Federal de Pelotas- lisabosorio@gmail.com

<sup>5</sup> Universidade Federal de Pelotas – oba.olorioba@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

A presente intervenção integra as ações produzidas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas ÉLÉÉKO do curso de Psicologia da UFPel e foi realizada em parceria com Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente (NUPADI) da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da UFPel. Trata-se de uma intervenção de estágio curricular desenvolvida por duas estudantes do curso de Psicologia devidamente matriculadas no estágio específico de Psicologia e Processos de Prevenção e Promoção em Saúde.

Essa proposta de intervenção surge a partir da escuta dos relatos dos profissionais do NUPADI sobre a necessidade de um atendimento específico e qualificado para os estudantes, cujo sofrimento psíquico estava transversalizado pela violência racial, de gênero e sexualidade. Assim, a partir do conceito de interseccionalidade foi construído um espaço grupal com finalidade terapêutica.

Conforme CRENSHAW (2002, p.177) a “interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Ou seja, ela trata do modo pelo qual “o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”. A autora salienta ainda que a “interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”.

A partir do conceito de interseccionalidade a presente proposta de intervenção teve como objetivos construir um espaço de escuta, diálogo e empoderamento para estudantes da universidade em sofrimento psíquico produzido por violências de gênero, sexualidade e raça; e problematizar as violências que se entrelaçam no cotidiano das relações interpessoais, tornando-se imperceptíveis por estarem naturalizadas e transformadas em hábitos legitimados na sociedade.

### 2. METODOLOGIA

O referencial teórico utilizado para subsidiar a elaboração da intervenção, bem como a problematização sobre a interface sofrimento psíquico, violências e colonialidade no contemporâneo, partiu dos estudos decoloniais, cujas principais categorias de análise foram: colonialismo (FANON, 2005), colonialidade do poder (QUIJANO, 2000), colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2007), colonialidade de gênero (LUGONES, 2008).



Após um período de estudos, discussões e elaboração da proposta de intervenção passamos a atuar na formação e no desenvolvimento do grupo terapêutico, cujos procedimentos podem ser assim descritos: 1) divulgação do grupo no site na universidade; 2) inscrição online dos(as) estudantes interessados(as); 3) entrevistas iniciais com os(as) estudantes inscritos(as); 4) início do grupo – formado por até 12 estudantes, caracterizado como um grupo aberto, constituído por 12 encontros realizados entre junho e agosto de 2017.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo dos três meses de intervenção foram realizadas entrevistas iniciais com oito estudantes, com idade entre 18 e 30 anos, duas autodeclarados do sexo masculino e seis do sexo feminino, quatro autodeclarados(as) negros(as) e quatro brancos(as).

Todos os(as) entrevistados(as) referiram ter procurado esse espaço terapêutico por ser uma oportunidade de serem ouvidos(as) no que tange às questões que os(as) invisibilizam em seu cotidiano e que circundam as relações interpessoais e sociais que fazem parte de seus processos de subjetivação. Salientaram que quando o sofrimento psíquico estava transversalizado pela homofobia ou transfobia, ele partia de conflitos e discriminações produzidas nas relações familiares que, frequentemente, questionam a orientação sexual do(a) filho(a).

No que tange à discriminação racial, todos(as) os(as) estudantes negros(as) trouxeram grande dificuldade de se inserirem na comunidade acadêmica e ocuparem os espaços que lhes são de direito, assim como o fazem os(as) estudantes brancos. Os(as) estudantes salientaram, ainda, que o racismo está presente, diuturnamente, dentro e fora do meio acadêmico, isto é, nos mais diversos contextos sociais e, inclusive em psicoterapia, fazendo-os se questionarem sobre sua existência mediante a vivência cotidiana da lógica colonial. Para FANON (2005, p.288) colonialismo “é uma negação sistematizada do outro, uma decisão obstinada de recusar ao outro todo atributo de humanidade” e, deste modo, “obriga o povo dominado a perguntar-se constantemente: “Quem sou eu, na verdade?”.

Conforme ALVES, JESUS e SCHOLZ (2015, p.870) as assimetrias étnico-raciais, possuem como pano de fundo o colonialismo que se atualiza no contemporâneo por meio da colonialidade, produzindo “desagência” ou ausência existencial, como “fator de vulnerabilidade” mediante a “vivência de uma humanidade de concessão e subalterna, que, conseqüentemente, leva a sofrimento psíquico”. Tal assertiva pode ser expandida às assimetrias de gênero e sexualidade, cuja relação colonial/patriarcal exclui qualquer existência outra que não a imposta por esse sistema.

A colonialidade do poder é um dos elementos constitutivos de um padrão mundial eurocêntrico que impõe uma classificação étnico-racial na concepção de humanidade, cuja população do mundo se diferencia em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos (QUIJANO, 2000). Ainda segundo o autor, esse padrão faz com que permaneça até os dias atuais a inferioridade de uma raça em relação à outra, bem como a hierarquização de padrões sexuais e de gênero. Isso nos põe a problematizar algumas questões, quais sejam: Qual o impacto desses padrões normativos no ambiente que o(a) universitário(a) vive? Que processos subjetivos constituem o(a)



estudante em um contexto que muitas vezes desconsidera as diferenças, sobretudo a diversidade humana e singularidade do(a) sujeito(a)?

Dessa forma, torna-se fundamental que pensemos sobre como a violência de gênero, de sexualidade e de raça acontecem na interseccionalidade. Durante a intervenção no grupo terapêutico isso ficou evidente, de modo que estudantes negros(as) e homossexuais, por exemplo, relataram que não conseguiam nomear se a discriminação vivenciada estava relacionada a sua orientação sexual ou a sua cor de pele, ou ainda, às duas questões a um só tempo. Por esse motivo, enfatizamos a importância de uma escuta terapêutica a partir da interseccionalidade, na perspectiva de que o cuidado da coexistência dessas questões promove um sentimento de acolhimento ao processo de sofrimento psíquico, quiçá produz possibilidades para um existir que fuja dos ditames hegemônicos que ainda insistem em naufragar em nosso tempo.

Diante dos relatos particulares escutados, fica-nos evidente a colonialidade do poder, do ser e do gênero na produção de subjetividades subalternas que mantém viva nas relações sociais a hierarquização da diversidade humana e a produção da não existência.

#### 4. CONCLUSÕES

As violências relatadas pelos(as) estudantes denunciam as assimetrias e iniquidades de gênero, sexualidade e raça que são constitutivas de uma história edificada pela hierárquica relação de poder, de saber e de ser produzidas pela dominação colonial e atualizada pela colonialidade.

Violências que possuem como base uma concepção de humanidade hierarquizada que tem no homem, branco, heterossexual, cristão, burguês o modelo universal.

Problemáticas que fizeram emergir no grupo terapêutico a necessidade de se construir estratégias e movimentos de resistir, (re)existir e (re)viver a partir de um outro lugar de fala e de escuta no campo da psicologia.

Importante salientar que esse projeto de intervenção está alçando voos, na medida em que passa a se constituir enquanto projeto de extensão vinculado, agora, ao Serviço de Psicologia da UFPEL. Além de continuar acolhendo os(as) estudantes da universidade, o projeto atenderá aos(as) usuários(as) do Sistema Único de Saúde.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Míriam Cristiane; JESUS, Jayro Pereira de; SCHOLZ, Daniela. Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, p. 869-880, Set. 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa** [en linea]. Bogotá - Colombia, n.9, p.73-101, jul.-dez. 2008.



MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S. et al (Orgs.), **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Cap. 6, p. 127-168.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.), **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Cap. 9, p.122-151.